

Parecer nº 116/98

Data: 1998.09.23

Proc. n.º 440

Requerente: Erik Otto Hansen

I – O pedido

1. Erik Otto Hansen, identificado no processo, vem requerer parecer favorável para acesso aos seguintes dados referentes a sua esposa Maria Fernanda Data Franco Hansen, que foi internada em 6 de Março de 1998 no Hospital de Santo Espírito, Angra do Heroísmo, e aí operada em 26 de Março de 1998, tendo vindo a falecer em 19 de Abril de 1998, no Hospital de Santa Maria, Lisboa, depois de ter sido ainda internada e tratada no Hospital de Ponta Delgada:
 - 1.1. Fotocópia de todos os dados referentes ao internamento da Maria Fernanda no aludido Hospital de Santo Espírito, incluindo a história clínica da doente e informação sobre o motivo que a levou ao Serviço de Urgência desse hospital e ao internamento no seu Serviço de Cirurgia.
 - 1.2. Fotocópia dos relatórios dos exames complementares de diagnóstico efectuados nesse hospital.
 - 1.3. Informação sobre quais as razões por que foram efectuados esses exames complementares de diagnóstico.
 - 1.4. Informação sobre quais as razões por que não foram realizados outros exames complementares de diagnóstico, se considerados.
 - 1.5. Fotocópia da avaliação realizada pela equipa de enfermagem nesse hospital.

- 1.6. Fotocópia das notas de enfermagem elaboradas nesse hospital.
- 1.7. Fotocópia do relatório do acto cirúrgico aí realizado.
- 1.8. Fotocópia do relatório de Anatomia Patológica referente à peça operatória retirada à Maria Fernanda na intervenção realizada pelo Dr. Adriano Paim de Lima Andrade.
- 1.9. Informação sobre se foi obtido consentimento informado da Maria Fernanda para a intervenção cirúrgica e, em caso afirmativo, em que termos é que foi obtido.
- 1.10. Fotocópia do respectivo documento, no caso de existir.
- 1.11. Informação circunstanciada do acto operatório realizado.
- 1.12. Informação sobre quais as horas exactas do início e do fim da intervenção cirúrgica.
- 1.13. Informação sobre quais os factos ocorridos durante a intervenção cirúrgica que terão levado à decisão de, cerca das 13H00 do mesmo dia, evacuar a Maria Fernanda para o Hospital de Ponta Delgada num helicóptero da Força Aérea Portuguesa (BA4 - Lajes).
- 1.14. Informação sobre o momento em que, durante essa cirurgia, ocorreu uma hemorragia, quais os vasos que sangravam e qual a sua acessibilidade.
- 1.15. Informação sobre como foi resolvida a situação, que tempo demorou a resolvê-la e qual a quantidade calculada de sangue perdido.
- 1.16. Informação sobre qual a quantidade de sangue ou derivados utilizada na transfusão feita à Maria Fernanda.

1.17. Informação sobre qual a explicação que o Dr. Adriano Paim de Lima Andrade dá para a perda da sensibilidade e imobilidade dos membros inferiores referida pela Maria Fernanda quando, já acordada e consciente, estava a ser transportada para o helicóptero.

1.18. Fotocópia dos relatórios, ou relatos, fornecidos pelo Dr. Adriano Paim de Lima Andrade, como cirurgião responsável pela equipa cirúrgica que realizou a intervenção nesse Hospital de Santo Espírito, à equipa cirúrgica que recebeu a Maria Fernanda no Hospital de Ponta Delgada e que a habilitaria a uma rápida interpretação do estado de saúde da doente e consequente intervenção.

1.19. Informação sobre como interpreta o Dr. Adriano Paim de Lima Andrade o facto de a Maria Fernanda, cerca das 17H00 do mesmo dia e já no Hospital de Ponta Delgada, sofrer nova intervenção cirúrgica, esta do foro vascular.

1.20. Informação sobre o que se passou na reunião do Serviço de Cirurgia realizada em 13 de Março de 1998 no referido Hospital de Santo Espírito e em que terá participado um cirurgião urologista de um Hospital de Lisboa - tendo a equipa de médicos desse Serviço, incluindo eventualmente este cirurgião urologista, estado então junto da Maria Fernanda -, designadamente qual o teor das conclusões sobre o estado de saúde da Maria Fernanda e os considerandos que terão sido feitos sobre:

a) A perspectiva de a intervenção ser realizada pelo cirurgião geral Dr. Adriano Paim de Lima Andrade;

b) A perspectiva de a intervenção ser realizada por cirurgião da especialidade de urologia e/ou de outras especialidades tendo em conta o tipo de tumor, a sua grande dimensão, a sua grande vascularidade, conforme relatado pela T.A.C.;

- c) A necessidade eventual de outros exames complementares de diagnóstico, em particular de uma aortografia e/ou artereografia selectiva, para melhor definição da vascularidade do tumor;
- d) A perspectiva de a intervenção não ser realizada no Hospital de Angra do Heroísmo, tendo em conta o referido nas antecedentes alíneas b) e c), o facto de a intervenção não ser emergente e a falta de valências do Hospital de Santo Espírito, nomeadamente em Urologia, Cirurgia Vascular e/ou outras especialidades que, em caso de emergência, fossem necessárias (como aconteceu).
- e) A necessidade de embolização dos vasos do tumor com o objectivo de diminuir a sua vascularidade e, assim, diminuir os riscos cirúrgicos.

1.21. Informação sobre qual o motivo por que, não sendo a intervenção cirúrgica emergente e não estando o Hospital de Santo Espírito dotado da valência de Urologia, não foi a Maria Fernanda transferida para um hospital devidamente apetrechado para a intervenção.

1.22. Informação sobre qual a opinião do Exmo. Senhor Director do Serviço de Cirurgia, Dr. Jorge Monjardino, sobre a matéria do antecedente parágrafo 1.21 e sobre a conjuntura do caso da Maria Fernanda.

1.23. Informação sobre qual a opinião do Exmo. Senhor Director Clínico do mesmo Hospital de Santo Espírito, Dr. António Candeias, sobre toda esta problemática do caso da Maria Fernanda, designadamente qual foi o seu conhecimento directo quanto à evacuação da doente nas circunstâncias acima referidas.

1.24. Informação sobre o nome e morada completos, bem como o telefone, das seguintes pessoas:

- Todos os elementos da equipa cirúrgica que efectuou a intervenção em 16 de Março de 1998.
- Todos os elementos do Serviço de Cirurgia que participaram na reunião e visita realizadas em 13 de Março de 1998.

1.25. Informação sobre nome, morada e telefone do médico urologista de Lisboa que participou na reunião e visita referidas no antecedente parágrafo 1.20 e indicação do nome e endereço do hospital onde ele exerce a sua actividade clínica, assim como o serviço a que pertence.

2. Alega o requerente que necessita de aceder a tais dados para melhor conhecer e compreender as causas da morte de sua esposa e apurar se e em que medida foram correctos e diligentes os tratamentos médico-cirúrgicos a que ela se submeteu.

II – Os factos

1. Considera-se provado o falecimento da Maria Fernanda Data Franco Hansen através do assento do seu óbito, de que se juntou fotocópia ao processo. Tal assento de óbito também confirma o alegado vínculo conjugal, para cuja prova concorre uma fotocópia, junta aos autos, do assento do respectivo casamento, que se celebrou em Copenhaga, Dinamarca, em 26 de Março de 1982, e de onde consta ter o assento sido registado na Conservatória dos Registos Centrais em 24 de Março de 1983.
2. Também se considera assente que, como o requerente alega, o conhecimento dos dados a que ele pretende ter acesso lhe é necessário para melhor compreender as causas da morte de sua esposa e apurar se e em que medida foram correctos e diligentes os tratamentos médico-cirúrgicos a que ela se submeteu.

III - O Direito

1. A alínea *b)* do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), define “documentos nominativos” como “quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais”; e a subsequente alínea *c)* considera “dados pessoais” as “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”.

Os dados a que o requerente pretende ter acesso estão, pelo menos em grande medida, abrangidos por esta reserva de intimidade da vida privada, pelo que estamos perante documento nominativos, sendo também certo que tais informações assumem o carácter médico previsto no nº 2 do artigo 8º da LADA.

2. A LADA permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações de carácter médico desde que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo e pessoal (nº 2 do artigo 7º);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (nº 3 do artigo 8º);
- Indiquem um médico através do qual devem ser prestadas as informações requeridas (nº 2 do artigo 8º).

Estes condicionamentos ao acesso a dados pessoais de terceiro só caducam 50 anos após a sua morte (artigo 7º, nº 2, do Decreto Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro).

3. Entende esta Comissão que a um terceiro, que seja familiar muito próximo de pessoa falecida, como é o caso do seu viúvo, assiste tal interesse directo e pessoal sempre que o conhecimento dos dados clínicos a que ele pretenda aceder seja

necessário para esclarecer dúvidas razoavelmente fundadas sobre a causa da morte da pessoa a quem dizem respeito ou sobre a qualidade do tratamento clínico a que se tenham submetido.

4. Estão assim reunidos os requisitos legais bastantes para fundamentar o interesse directo e pessoal do requerente Erik Otto Hansen no pretendido acesso a dados pessoais da sua falecida esposa Maria Fernanda Data Franco Hansen.
5. Todavia, de entre os dados a que o requerente pretende ter acesso e que se enumeraram nos parágrafos 1.1 a 1.25 do capítulo I alguns haverá (temos em vista, especialmente, os que constam dos parágrafos 1.17 e 1.19 desse capítulo I), que podem não constar de registos ou documentos produzidos ou possuídos pelos serviços do Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo. Ora o direito de acesso aos documentos administrativos consagrado no artigo 268º, nº2, da Constituição e na LADA tem por objecto dados existentes e não dados a obter, designadamente através de inquérito ou sindicância, pela Administração. Assim, relativamente ao pedido do ora requerente (vide referidos parágrafos 17 e 19) de informação sobre a explicação ou interpretação que o Dr. Adriano Paim de Lima Andrade dá para determinados factos, o Hospital de Santo Espírito está obrigado a fornecer todos os elementos, designadamente declarações ou relatórios, que sobre a matéria constem dos seus registos, documentos e arquivos, mas não está obrigado a pôr em marcha qualquer processo com vista a recolher declarações ou depoimentos sobre o assunto.
6. Por outro lado, entende esta Comissão que a informação sobre o número do telefone de uma pessoa só pode ser comunicado se ela não tiver pedido a sua confidencialidade.

IV – Parecer

1. Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso de Erik Otto Hansen a todos os dados que se enumeraram nos parágrafos 1.1 a 1.25 do capítulo I na medida em que constem de registos ou documentos produzidos ou possuídos pelos serviços do Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, apenas com a ressalva de que só poderá aceder à também pretendida informação acerca de números telefónicos se o respectivo titular não tiver solicitado a sua confidencialidade.
2. Tal acesso será facultado através de médico a designar pelo próprio Erik Otto Hansen.
3. Envie-se cópia deste parecer ao requerente e ao Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo.

Aprovado na sessão da Comissão de 23 de Setembro de 1998.

Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).